



Reflexões sobre um acontecimento.

A comemoração do bicentenário, a memória e o presente ¹

Carlos Alberto Ríos Gordillo²

Resumo:

O ano 2010 foi a ocasião da comemoração das ações heróicas das independências em toda a Ibero-América. Desta forma, “200 anos de vida independente” foram comemorados através de uma série de festas estatais que levou pelo nome “Bicentenário”. Orquestradas com a intenção de irradiar harmonia e unidade entre os cidadãos, estas celebrações colocaram no centro do teatro da memória uma ideia pacificada do passado que legitima o uso político do presente. No entanto, particularmente no México, uma série de atores e movimentos sociais questionaram o significado da celebração (qual passado, para o qual presente?). Sua ação mostra que a memória é um campo de batalha e que a disputa sobre ela é também uma disputa sobre o presente.

Palavras chave: Memória, História, Comemorações, Bicentenário, EZLN.

Reflections on a historical event.

The Bicentennial, memory and present.

Abstract:

2010 has been the year of commemoration for the heroic deeds of Independence in whole Iberoamerica. Thus, “200 years of independence” were celebrated through national celebrations denoted as “Bicentennial”. These celebrations were created to irradiate the concord and the unity between citizens, and put in the center of the theater of memory a pacific idea of the past that could legitimate the political use of the present. However, in Mexico, some political subjects and social movements criticized the sense of the celebration (what kind of past, for what kind of present?). Their action is a demonstration of the memory as a battle field, and that the struggle for the memory is also a struggle for the present.

Keywords: Memory, History, Commemorations, Bicentennial, EZLN

¹ Tradução de: E. Slovenia Martínez Treviño.

² Universidad Autónoma de la Ciudad de México.



La memoria colectiva, al igual que la memoria individual, no conserva el pasado de modo preciso; ella lo recobra o lo reconstruye sin cesar a partir del presente.

Marc Bloch, "Memoria colectiva, tradición y costumbre", *Revue de Synthèse*, 1925.

Introdução

A história contemporânea da Ibero-América não tem tido uma comemoração tão grande como do ciclo das Independências (1810-1823). À exceção da revolução haitiana, de 1804, a primeira dos párias do *sistema-mundo*, o ano de 2010 foi um teatro no qual foi orquestrada uma celebração hemisférica das Independências, cuja importância só é comparável à Comemoração do V Centenário do 'descobrimento' da América. O Bicentenário foi uma experiência festiva que configurou um campo de batalha, criando as condições da emergência de uma série de contestações políticas, de usos do passado e da memória, que em realidade representam uma tomada de controle sobre a história. A análise da comemoração de um acontecimento, como o Bicentenário, assim como da experiência festiva da memória e da disputa pelo presente, é o objetivo deste artigo.

Um acontecimento, o Bicentenário

Unidade de tempo: 2010. Unidade de lugar: México. Unidade de acontecimento: as festas revolucionárias. Neste calendário e geografia, o teatro da memória nacional anunciou a saga da regeneração histórica da Independência de 1810 e da Revolução de 1910, mas reuniu-as sob um nome novo: o Bicentenário. Desse modo, Independência e Revolução foram recuperadas conjuntamente, através de uma nomenclatura e um critério temporal que pretenderam sintetizar duzentos anos de história num momento, politicamente, novo. Assim, as festas do Bicentenário transformaram as revoluções de 1810 e 1910 em fatos essencialmente políticos despojando-as de seu caráter de projetos históricos por reduzi-las a um simples fragmento de tudo o que tinham representado no passado. Por isso, ao unir dois fenômenos distintos e reduzi-los a um acontecimento, o Bicentenário gerou a ilusão coletiva de um mito fundador construído com base nas necessidades do presente.

Apesar das particularidades geográficas, os diversos panteões e movimentos emancipadores específicos, nos dez países Ibero-Americanos que celebraram o ciclo das Independências (de uma magnitude só comparável à Comemoração do V Centenário do 'descobrimento' da América) o uso político do passado foi uma das características compartilhadas mais relevantes. Essa representação coletiva do passado outorga uma oportunidade para entender a caracterização geral da



memória e da história, com base no estudo da dimensão festiva que as comemorações oferecem. Como observa Claudia Wasserman:

El estudio y el análisis de las conmemoraciones abre, en verdad, la posibilidad de entender los distintos usos del pasado, es decir, a través de cuáles eventos históricos los poderosos han intentado reforzar la identidad de una comunidad nacional, regional o local, y cuál es el carácter de esa identidad que busca ser consolidada. (WASSERMAN, 2008-2009, p. 90)¹

Na era do Bicentenário, a história e memória absorveram tudo no seu caminho. Com a firme intenção de ser uma memória coletiva ilustrada pela história, a subjetividade nacional centrou-se na vontade nacional eliminando oportunamente a tensão do passado para evitar retomá-la no presente. Com isso, acentuava-se o caráter imprescindível da lembrança, mas também a pertinência do esquecimento. Por quê? Porque a memória (*ars memoriae*) não pode ser entendida sem o esquecimento (*ars obliuionalis*) nem, muito menos, sem a história. Nesse relacionamento marcado pelas tensões e pelo conflito social que emana do passado e é atualizado no presente, a presença e lembrança de algo ou alguém também significa a ausência e o esquecimento do outro; o fato de que algo esteja fornecendo com sua própria presença a ausência de algo mais, convida a pensar sobre as razões pelas quais a memória histórica em uma circunstância específica é reconfigurada, como têm sido as festividades do bicentenário.²

A partir da comemoração, a história ostentou o poder da lembrança e a faculdade de atualizar o que parece ter sido perdido nas brumas do tempo. Desta ressurreição acontece sua atualidade na conjuntura. E da impossibilidade de rememorar algo considerado inadequado ou subversivo, obtém o castigo máximo: o esquecimento. Desse modo, ao atualizar as lembranças, o grande oficiante e

¹ A este respeito, ver também o relatório sobre as celebrações em nove países da América Latina, "Uso político", em *Proceso*, núm. 1767, 12 de set. 2010, pp. 60-63.

² Sobre a memória, NORA, Pierre (Dir.) *Les lieux de mémoire*, 1, *La république*, Gallimard, Paris, 1984; SAMUEL, Raphael, *Theatres of Memory*, Verso, Londres, 1996; HALBWACHS, Maurice, *Les cadres sociaux de la mémoire*, Albin Michel, Paris, 1994; YATES, Frances, *El arte de la memoria*, Siruela, 2011; RICOEUR, Paul, *La historia, la memoria y el olvido*, FCE, Argentina, 2010; ROSSI, Paolo, *El pasado, la memoria, el olvido*, Claves, Buenos Aires, 2003; VIDAL-NAQUET, Pierre, *Los asesinos de la memoria*, Siglo XXI Editores, México, 1994; FREUD, Sigmund, *Psicopatología de la vida cotidiana*, Alianza Editorial, Madrid, 2008; YERUSHALMI, Yosef, *Zakhor, Histoire juive et mémoire juive*, Gallimard, Paris, 1991, y YERUSHALMI, Et Al, *Usages de l'oubli*, Seuil, Paris, 1988; MIDDLETON, David (Comp.) *Memoria compartida: la naturaleza social del recuerdo y del olvido*, Paidós, Barcelona, 1992; Hermès, num. 52, (Dossier: *Les guerres de mémoires dans le monde*) CNRS éditions, Paris, 2008; CAPDEVILLA, Luc, LANGE Frédérique (Dirs.) *Entre mémoire collective et histoire officielle. L'histoire du temps présent en Amérique Latine*, Presses Universitaires de Rennes, 2009; GINZBURG, Carlo, "La prueba, la memoria y el olvido", em *Contrahistorias. La otra mirada de Clío*, núm. 14, México, março-agosto 2010, pp. 105-116.



orquestrador da comemoração, que tem sido o Estado, torna-as presente. Serve-se das lembranças transformadas pela experiência, mas sua atualização é seletiva: o que e a quem se deve lembrar? A quem se deve deixar anônimo? Nesta operação joga-se a legitimidade de um projeto de poder, assim como a contestação política daqueles que se lhe opõem e tentam transgredi-lo, por meio de práticas muito distintas. (AGUIRRE, 2003)

Assim, a celebração do “Bicentenário da Independência e Centenário da Revolução” tem sido uma operação política espetacular e um experimento social de grandes dimensões, pois a rememoração do passado não tem sido uma forma de entender o presente, mas a justificação da sua própria circunstância histórica. Daí a exaltação das suas virtudes: o progresso latente, mas inconcluso, o suposto caráter democrático, igualitário e pacificado, o pretendido império da legalidade, liberdade e justiça e a unidade e concórdia fantasmagóricas entre os cidadãos.

Portanto, a história foi concebida como uma obra de concórdia e unificação, como fonte de irradiação de um nacionalismo que deve inflamar os corações de todos aqueles que são, ‘orgulhosamente’, mexicanos. “Conmemoraremos estas fechas fundacionales de manera festiva, pues nuestra historia de lucha es motivo de orgullo para los mexicanos” (CALDERÓN, 2010, p. 8)¹ como o discurso do poder dizia. Assim, mais que convidar a refletir sobre o que temos conseguido fazer depois de duzentos convulsivos anos, tudo demonstra que o objetivo era dispor de uma festa estatal em benefício do grande oficiante: o Estado ‘independente’.

Memória e comemoração

Este foi o sentido da comemoração do Bicentenário, que sendo orquestrada de forma vertical, tinha uma missão precisa: glorificar o presente através da compreensão que ele faz do passado, do que supostamente está morto e é impossível mudar, mas que ressuscita aqui e agora, entre nós. Era esta a força da memória que se festejava: a continuidade identitária do grupo social, uma identidade comum trans-histórica, compartilhada por libertadores e colonizadores, opressores e oprimidos, dominadores e dominados, que gerou sarcasticamente – no México, por exemplo– um “nós”, um “somos”: “os mexicanos de hoje, que somos a geração do bicentenário”. A propaganda oficial não deixava dúvidas dessa identidade triunfante:

Y que México viva y perdure por muchos siglos más. Que su historia futura sea también de gloria y orgullo, a partir de lo que

¹ CALDERÓN, Felipe, “Presentación”, em WOBESER, Gisela von (Coord.) *Historia de México*. PR, SEP y FCE, México, 2010, p. 8.



hagamos los mexicanos de ahora, los mexicanos del Bicentenario y del Centenario, quienes hemos tenido el privilegio de vivir el 2010, el año de la Patria; quienes tenemos el honor de celebrar 200 años de ser orgullosamente mexicanos". (CALDERÓN, 2010, p. 8)

Mas, era uma identidade –“os mexicanos do Bicentenário e do Centenário”–, que carecia de uma verdadeira realidade histórica, fosse coletiva ou nacional, uma realidade artificial que ao vincular memória com identidade, deixou observar que a multiplicação dos casos em que esses processos fundadores da memória histórica mexicana foram celebrados, foi o resultado de uma relação particular com o passado, um passado que, desse modo, foi reconstruído através da sua dimensão comemorativa, em meio a uma conjuntura determinada. “Rememorar el pasado es un acto del presente, hecho por hombres del presente, y que afecta al sistema social del presente”. (WALLERSTEIN, 1999, p. 15)

Assim, as festas do Bicentenário lançaram uma organização do tempo social e histórico, representada pela implementação de um *continuum* que existiria entre aquela nação construída há duzentos anos e esta, na qual vivemos. Trata-se de uma simbiose entre o passado convulsivo, rebelde e contestador, e o presente pretendidamente pacificado e descolonizado. Uma operação executada através da invenção de uma genealogia do momento atual, cuja missão não residia na compreensão do presente – convidar, apesar de toda a demagogia oficial, a reflexão do que deveria se comemorar e celebrar nesse momento preciso –, mas na implementação de um presente alternativo ao qual vivemos e padecemos; tratava-se de um presente imaginado muito mais do que vivido; de caráter conciliador, ‘multiclassista’, plural e unificador.

Foi esta a grande ilusão do Estado. Mimese entre origem e destino: filhos da nação, os cidadãos desfrutariam da igualdade que aquele decretava de cima, mas, que na base, na geografia dos oprimidos, não sabia nem podia criar. Apagadas as diferenças de classe, etnia, idioma, religião, entre outras, desaparecia por decreto (e através de uma insistente propaganda oficial) a contradição entre grupos e classes sociais. Assim como alguma vez os detentores do poder outorgaram a emancipação aos escravos, agora tinham decretado a abolição das diferenças e, com isso, enviaram a mensagem de que a desigualdade social tinha desaparecido sob o peso da ordem jurídica. A propósito, Bolívar Echeverría escreveu:

Resulta por ello pertinente preguntarse si esa identidad de la que los latinoamericanos pudieran estar orgullosos, y que tal vez quisieran festejar feliz e ingenuamente en este año, [2010] no sigue siendo, tal vez, precisamente la misma identidad embaucadora, aparentemente armonizadora de contradicciones insalvables entre opresores y oprimidos, ideada *ad hoc* por los impulsores de las Repúblicas “poscoloniales”, después del colapso



del Imperio Español y de las "Revoluciones" o "Guerras de Independencia" que lo acompañaron. (ECHEVERRÍA, 2010-2011, p. 81)

Assim, a visão da história que emergiu desse jogo de poder, surgiu como uma reconfiguração operada desde o presente, devido à necessidade de criar ou inventar uma legitimidade dos poderes estabelecidos, procurando assim monopolizar a tradição. Porque o passado não é simplesmente o que já aconteceu: o reino dos mortos, do que caducou e deve ser rejeitado. O passado está vivo no presente, atua entre nós definindo a sociedade atual; e nas comemorações o mais destacado impulsor dessa empresa foi o poder estabelecido. A partir daí há um uso do passado que configura uma visão particular da história e da memória: a história dos vencedores, a memória do poder.

Este era o perigo que relampejava no céu do horizonte, porque, nessa iluminação geral, tanto a tradição como a memória ou a história foram usurpadas das lutas sociais de antanho –e de seus herdeiros –, sendo despojadas do seu conteúdo rebelde e contestatário, da sua radicalidade política e das origens sociais, para tornar-se uma representação harmoniosa do passado, desapossada de conflito social. Expropriado o sentido combativo das veias populares e radicais das revoluções de 1810 e 1910, o passado foi furtado das forças protagonistas das lutas sociais (cujo caráter contestatário, subversivo e irreverente ameaçava o *status quo* que surgiu das suas próprias lutas) rebaixando-as ao nível do anedótico e silenciando o seu potencial revolucionário.

Desse modo, além das variações nacionais específicas,¹ as comemorações do bicentenário na Ibero-América tiveram essa peculiaridade: a necessidade de assimilar o caráter fundacional do passado independentista no presente das nações 'bicentenárias'. E através da dimensão festiva da comemoração – usando a energia social daqueles que presenciaram ou participaram nas festividades – o objetivo das classes dominantes foi criar uma genealogia entre o passado convulsivo e fundacional (tal como uma identidade coletiva: "nós") e um presente pacificado e harmonioso; ou, como num caso que ilustra os matizes entre as festividades estatais, assim como os diversos usos do pasado por parte dos grupos no poder: a

¹ Perante a peculiaridade e diversidade dos movimentos emancipatórios das nações que em toda Ibero-América comemoraram o bicentenário, a *Comisión Regional Iberoamericana de los Bicentenarios de las Independencias (Grupo Bicentenario)* reuniu os governos para organizar conjuntamente as celebrações em escala hemisférica. Consulte o sítio do Grupo Bicentenario: www.grupobicentenario.org.



criação de uma genealogia entre o passado independentista com o curso da revolução bolivariana.¹

O presente: um campo de batalha

Neste campo de batalha, nem memória ou lembrança, nem a tradição ou a história, escaparam ao conflito social. E na época das comemorações do Bicentenário, o debate sobre a história e a memória foi relançado com base na confrontação entre os diferentes pontos de vista conservadores e progressistas. Mas, a discussão girava em torno da condição de haver algo para comemorar e como fazê-lo, sobretudo, acerca dos significados das revoluções de 1810 e 1910 na sua qualidade de projetos históricos e seu caráter de genealogias do presente. “As comemorações com uma catástrofe total: o que há é uma disputa pela nação”, afirmava atinadamente um intelectual.²

As festas estatais centraram-se nos grandes espetáculos ao estilo de Hollywood (por exemplo, o *performance* da noite do 15 de setembro, considerada “a cerimônia do maior grito da história moderna”, cujo custo foi de US \$ 60 milhões) com a intenção de lançar um ritual social que devia desencadear uma experiência catártica na psicologia da multidão, rememorando as grandes datas fundacionais da Independência de 1810 e Revolução de 1910, as batalhas decisivas, os heróis pátrios, ou os valores da cidadania e as belezas naturais do país inteiro. Tudo isso foi a ostentação de uma ação política, de um discurso de poder que se apropriou do conflito social e da contingência, com a intenção de trazê-los dentro do aparato estatal, considerado o único administrador da economia do conflito. Assim, embora estas festas tivessem uma massiva convocatória popular, foram orquestradas pelo Estado, e para seu próprio benefício.

Nesse sentido, a concorrência nas festas estatais foi uma suplantação do gozo festivo das classes populares. Ao serem reduzidas ao nível de simples

¹ A urgência estatal pelo controle das celebrações, levou a Venezuela a comemorar uma espécie de revolução permanente, caracterizada por um *continuum* entre o passado independentista e o curso da Revolução Bolivariana. Assim, passado e presente pareceram fundir-se num mesmo processo que articulava o legado combativo da Independência com o compromisso político gerado pela Revolução Bolivariana; um processo de reatualização do caráter combativo do passado e de formação de uma identidade bolivariana transnacional, que no presente tomou a forma de uma resistência hemisférica ante o intervencionismo norte-americano e os ditames do grande capital. No entanto, como foi observado criticamente por Bolívar Echeverría, o objetivo era construir “una nación omniabarcante, la ‘nación latina’, que un espantoso mega-Estado capitalista latino-americano, aún en ciernes, estaría por poner en pie”. (ECHEVERRÍA, 2006, p. 81).

² GARCÍA HERNÁNDEZ Y PAPALA QUIJAS, FABIOLA, “Paradójico: Calderón tendrá que celebrar a sus enemigos históricos (entrevista a Carlos Aguirre Rojas)”, *La Jornada*, 3 de set. de 2010.



espectadoras, sendo convertidas mesmo em objeto e material da mesma encenação ("los de abajo son únicamente escenografía, ni a coro llegan"¹) (LASCANO, 2010, p. 1), as classes populares foram convocadas a uma festa que assim celebrava a identidade da exclusão.

No entanto, além dos festejos oficiais, diversos grupos e setores populares também orquestraram suas próprias comemorações, mas com base numa motivação radicalmente diferente do oficial. Dessa forma, a celebração 'de cima' foi totalmente diferente da comemoração 'de baixo'. Os agentes que participaram em cada uma delas tinham posicionamentos opostos às festividades estatais e práticas radicalmente distintas. Entre uns e outros, a diferença radicava na posição que eles ocupavam na arena política: dominação e subordinação, e rebeldia e insubordinação. Ou seja, ao se posicionar em torno da questão sobre qual visão do passado, para que tipo de presente, as anticomemorações² foram orquestradas desde seus códigos de condição subalterna, contestatória e rebelde, desafiando as relações de dominação em torno da apropriação do tempo e espaço social, construindo seus próprios calendários de celebração e ressignificando os espaços públicos, com a intenção de reivindicar um sentido popular, contestatário e alternativo.³

Desta forma, os projetos sociais diferentes e contrapostos colidiram no âmbito da celebração. No entanto, mesmo quando as histórias e memórias subalternas estavam em diferentes territórios das histórias e memórias dominantes, as relações entre elas não eram mutuamente excludentes, mas tinham um caráter sobreposto e interdependente que estava em constante movimento. "Los grupos subalternos están siempre sujetos a la actividad de los grupos que gobiernan, incluso cuando se rebelan y sublevan". (GUHA, 2009-2010, pp. 75-76) Trata-se de uma área de contato entre os elementos de dominação e subversão, na qual se expressa com mais força a disputa das mesmas datas do calendário (seja 1810 ou 1910), os mesmos 'lugares de memória' (panteões, ruas, avenidas ou praças públicas, como a *Plaza de la Constitución*, na Cidade do México), e até as próprias

¹ RODRIGUEZ LASCANO, Sergio, "Editorial", em *Rebeldía*, núm. 74, México 2010, p.1.

² JELIN, Elizabeth (Comp.) *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas "infelices"*, Siglo XXI Editores, España, 2002. Devido a seu caráter espontâneo e sem uma adequada cobertura pela mídia, é complexo reconstruir o mapa das 'anticomemorações'. No entanto, diferentes grupos, movimentos e colectividades protestaram em todo o território mexicano. Cfr. "Los campesinos, peor que antes del movimiento armado de 1910", *La Jornada*, 21 de novembro de 2010.

³ RÍOS GORDILLO, Carlos Alberto, "El ritual de la conmemoración y el calendario de la patria. La disputa por la memoria histórica en México en 2010", *Contrahistorias. La otra mirada de Clío*, núm. 14, México, março-agosto 2010, pp. 117-126.



relíquias (bandeiras, hinos, símbolos), entre o Estado e as classes populares. Mas esta disputa de 'baixo' para 'cima', bem como de 'cima' para 'baixo', representa a circularidade do conflito social produzido entre cima e baixo, da mesma forma que *entre* o 'em cima' (ou como a memória nacional foi formada, quais foram os fatos que foram incorporados, ou silenciados e até condenados ao ostracismo) e *entre* o 'embaixo' (a extraordinária diversidade de sujeitos sociais, seu intento de ser 'reconhecidos' ou 'incluídos' na memória nacional, ao lado de outros, ou em vez de outros). Semelhante à memória e à história oficiais, as quais não são homogêneas e possuem calendários e geografias diferentes (os distintos heróis do Panteão da Pátria, por exemplo), na composição dos grupos e movimentos sociais dos de baixo, há também uma visível diversidade e pluralidade cujos mecanismos de resistência e experiências de luta, bem como as lógicas próprias do seu perfil ideológico e político, conferem-lhes estratégias diferentes também, que foram expressadas nesta construção alternativa da memória e história.¹

Por exemplo, em resposta às comemorações oficiais desvelou-se a diferença entre esquerda eleitoral e esquerda anti-sistêmica. Por um lado, o *Movimiento de Regeneración Nacional* (MORENA), hoje o principal partido político mexicano de esquerda, parece ser a expressão deste país transecular ("a pátria é o espaço que os heróis legaram a nós e a aqueles que vêm para viver com dignidade e justiça, para sonhar e ser felizes", como seu líder exclamou na noite de 15 de setembro de 2010, quando, como o Presidente da República, deu o Grito de Independência²). Por outro lado, MORENA tenta repensar a cultura do nacionalismo ao *regenerar* a nação (criando um novo contrato social "do povo e para o povo" em benefício dos "pobres" os quais estão incluídos no projeto social), esta é uma proposta própria de uma ideologia capitalista antineoliberal – com um componente cristão – que intenta uma transformação social a favor de uma distribuição mais justa da riqueza, e só depois de ter tomado o poder do Estado. Isso é o que Bolívar Echeverría considerava a ocultação do caráter revolucionário dos movimentos sociais: "desdeñar la superación del capitalismo como el elemento central de las nuevas repúblicas, y a contentarse con quitar lo destructivo que se concentraría en lo "neo" del neoliberalismo". (ECHEVERRÍA, 2010-2011, p. 83)

¹ RÍOS GORDILLO, Carlos Alberto, "La memoria asediada. La disputa por el presente en la conmemoración del bicentenario", em *Secuencia*, núm. 87, México, setembro-dezembro 2013, p. 199.

² AVILÉS, Jaime, "La arenga en el Grito de los Libres fue 'por los de abajo'", *La Jornada*, 17 de setembro de 2010



Por outro lado, as comunidades e bases de apoio do *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* (EZLN) representam a distância entre o “realismo político” e “a revolução”; entre a ideia de que a esquerda é o oposto da direita e a postura que acredita que a esquerda é constitutivamente resistência contra o poder e não apenas contra o poder estatal; entre a estratégia que diz que a esquerda deve tomar o poder do Estado para, em seguida, mudar o mundo (legado da estratégia socialista da primeira etapa); entre a ideia de regeneração nacional e a ideia de resistência global contra o sistema capitalista mundial (RÍOS, 2013, p. 200). Então, é a expressão do conflito como *resistência ou rebeldia* ante o capitalismo, por parte dos excluídos e despossuídos (e não apenas os “pobres”). Portanto, a configuração do calendário parte das próprias experiências de luta ocorrendo em espaços emancipados e autogestionários; de modo que o calendário não pode se formar com base na neutralização e toma de controle sobre os movimentos, que com as datas comemorativas são convertidos em peças de museu e estátuas de bronze. Ou seja:

el calendario de abajo está marcado por las necesidades y los intereses del abajo mismo. No se le impone, ni siquiera como moda efímera, alguna fecha gloriosa. En dado caso, el calendario de abajo se encargará de poner una nueva fecha en el imaginario popular. (LASCANO, 2010, p. 6)

No entanto, apesar das diferenças entre os grupos e movimentos que responderam as comemorações oficiais, houve uma clara convergência entre eles: a disputa sobre o conteúdo dos calendários e geografias. Esta é uma batalha pelo sentido do tempo e espaço (cujos sinais são indicativos de uma certa visão do passado, uma vez que representam um projeto de poder nele enraizado), já que, se ambos têm sido capazes de consolidar o discurso do poder estatal, também poderiam resgatar os vencidos do desdém que o poder lhes concedeu, criando, assim, uma nova e distinta concepção do tempo e espaço. Por isso, este era um campo de batalha em movimento, no qual os elementos de insubordinação foram rapidamente transformados em elementos de dominação, bem como estes últimos foram novamente configurados em elementos de insubordinação e resistência.¹

¹ Como o Subcomandante Insurgente Marcos escreveu: “El poder también usa los calendarios para neutralizar los movimientos que atentan o atentaron contra su esencia, su existencia o su normalidad. Por eso sus fechas conmemorativas. Con ellas se acota, se limita, se define y se detiene. Con cada día del calendario que el Arriba admite en su cronología, se da una toma de control sobre la historia. Con esos días se detienen los movimientos, se dan por finalizados en todos los sentidos. No habrá Arriba, en esa calendarización de la historia, nada que dé cuenta de los procesos y movimientos que entonces son reducidos a un día. Y entonces esas fechas se convierten en estatuas”. “Segundo viento: un digno y rabioso empeño”, em *Rebeldía*, S/N (*Dossier: Siete vientos en los calendarios y geografías de abajo*) México, janeiro de 2009, p. 13. Por isso: “el calendario de abajo está marcado por las necesidades y los intereses del abajo mismo. No se le impone, ni siquiera como moda efímera,



Nesse campo de batalha, a disputa pela memória tem sido também uma disputa pela história. Porque o passado não é um dado histórico, uma peça de museu ou uma estátua de bronze, mas ele está vivo e age sobre o presente, dando-lhe uma forma específica. Sua imagem, como Walter Benjamin dizia em suas *Tesis sobre la historia*: “relumbra en un instante de peligro” e esta é a “chispa de la esperanza”, (BENJAMIN, 2005, p. 20) cuja luz se apresenta ao sujeito histórico, como uma advertência, como se fosse a premonição de um retorno que irromperá com força no presente, enchendo-o de conteúdo. Assim, resgata o que nele acontece, permitindo-lhe acudir a “la cita que tiene con el pasado y que lo tiene en deuda con él”, desencadeando sua “vigencia vengadora”. (ECHEVERRÍA, 2006, p. 128)

Em meio à febre das comemorações, nem a memória ou lembrança, nem a tradição ou história, têm escapado do conflito social. Na geografia e calendário dos “de baixo”, a tentativa de devolver ao passado seu conteúdo radical e subversivo foi sobretudo a tentativa de transformar o estado mesmo das coisas; mas com base em imaginá-lo menos pela aparência de um futuro promissor que da insuportável condição prevalecente neste, no qual vivemos.

Referências

- AGUIRRE ROJAS, Carlos, *Mitos y olvidos en la historia oficial de México*. Quinto Sol, México, 2003.
- BENJAMIN, Walter, *Tesis sobre la historia y otros fragmentos*. Tradução e apresentação de Bolívar Echeverría, Contrahistorias, México, 2005.
- CALDERÓN, Felipe, “Presentación”, em WOBESER, Gisela von (Coord.) *Historia de México*. PR, SEP y FCE, México, 2010.
- CAPDEVILLA, Luc, LANGE Frédérique (Dirs.) *Entre mémoire collective et histoire officielle. L’histoire du temps présent en Amérique Latine*, PressesUniversitaires de Rennes, 2009.
- ECHEVERRÍA, Bolívar, *Vuelta de siglo*, ERA, México, 2006.
- _____. “América Latina: 200 años de fatalidad”, em *Contrahistorias. La otra mirada de Clío*, núm. 15 México, Set. 2010-Fev.2011, pp. 79-88.
- FREUD, Sigmund, *Psicopatología de la vida cotidiana*, Alianza Editorial, Madrid, 2008.

alguna fecha gloriosa. En dado caso, el calendario de abajo se encargará de poner una nueva fecha en el imaginario popular”. RODRÍGUEZ LASCANO, Sergio, “La geografía que se desprende del calendario”, em *Rebeldía*, núm. 74, México 2010, p. 6.



GARCÍA HERNÁNDEZ Y PAPALA QUIJAS, FABIOLA, "Paradójico: Calderón tendrá que celebrar a sus enemigos históricos (entrevista a Carlos Aguirre Rojas)", *La Jornada*, 3 de setembro de 2010.

GINZBURG, Carlo, "La prueba, la memoria y el olvido", em *Contrahistorias. La otra mirada de Clío*, núm. 14, México, março-agosto 2010, pp. 105-116.

GUHA, Ranajit, "Prefacio al número inicial de la revista *Subaltern Studies*", em *Contrahistorias. La otra mirada de Clío*, núm. 13, México, setembro 2009-fevereiro 2010, pp. 75-76.

HALBWACHS, Maurice, *Les cadres sociaux de la mémoire*, Albin Michel, París, 1994.

Hermès, núm. 52, (Dossier: *Les guerres de mémoires dans le monde*) CNRS éditions, París, 2008.

JELIN, Elizabeth (Comp.) *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas "infelices"*, Siglo XXI Editores, España, 2002.

MIDDLETON, David (Comp.) *Memoria compartida: la naturaleza social del recuerdo y del olvido*, Paidós, Barcelona, 1992;

NORA, Pierre (Dir.) *Les lieux de mémoire*, 1, *La république*, Gallimard, París, 1984.

Dareação, "El uso político del Bicentenario", em *Proceso*, núm. 1767, 12 de set. 2010, pp. 60-63.

RICOEUR, Paul, *La historia, la memoria y el olvido*, FCE, Argentina, 2010.

RÍOS GORDILLO, Carlos Alberto, "El ritual de la conmemoración y el calendario de la patria. La disputa por la memoria histórica en México en 2010", em *Contrahistorias. La otra mirada de Clío*, núm. 14, México, março-agosto 2010, pp. 117-126.

_____. "La memoria asediada. La disputa por el presente en la conmemoración del bicentenario", em *Secuencia*, núm. 87, México, setembro-diezembro 2013, pp. 177-204.

RODRÍGUEZ LASCANO, Sergio, "La geografía que se desprende del calendario", em *Rebeldía*, núm. 74, México 2010, pp. 6-11.

_____. "Editorial", em *Rebeldía*, núm. 74, México 2010, p. 1.

ROSSI, Paolo, *El pasado, la memoria, el olvido*, Claves, Buenos Aires, 2003.

RUBICELA MORELOS, Sergio, *Et Al.* "Los campesinos, peor que antes del movimiento armado de 1910", *La Jornada*, 21 de novembro de 2010.

SAMUEL, Raphael, *Theatres of Memory*, Verso, Londres, 1996.

Subcomandante Insurgente Marcos: "Segundo viento: un digno y rabioso empeño", em *Rebeldía*, S/N (Dossier: *Siete vientos en los calendarios y geografías de abajo*) México, janeiro de 2009.

VIDAL-NAQUET, Pierre, *Los asesinos de la memoria*, Siglo XXI Editores, México, 1994.

WALLERSTEIN, Immanuel, *El moderno sistema mundial*. Siglo XXI Editores, México, 1999, Vol. 1, p. 15.

_____. "La escritura de la historia", em *Contrahistorias. La otra mirada de Clío*, núm. 2, México, Março 2004-Agosto 2004, pp. 41-52.



WASSERMAN, Claudia, "1810, 1910, 2010: Independencia, Revolución Mexicana, futuros de América Latina", em *Contrahistorias. La otra mirada de Clío*, núm. 11, México, setembro 2008- fevereiro 2009, pp. 89-96.

YATES, Frances, *El arte de la memoria*, Siruela, Madrid, 2011.

YERUSHALMI, Et Al, *Usages de l'oubli*, Seuil, Paris, 1988.

_____. *Zakhor, Histoire juive et mémoire juive*. Gallimard, Paris, 1991.